



A VISÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias ¹

Poliana Campos Cortes Luna ²

Liliane Barreto Alves ³

Moniqui Aguiar Mozzer Denucci ⁴

Daniele Fernandes Rodrigues ⁵

RESUMO

A Organização das Nações Unidas destaca que a cada 160 pessoas no mundo uma é autista. Nesse contexto, as escolas têm recebido essas crianças, mas parecem não saber como agir quando se deparam com um aluno autista. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é verificar a visão do professor em relação ao Transtorno do Espectro Autista, sobre seus conhecimentos e necessidades de capacitação em relação ao transtorno. Para fundamentação deste estudo, utilizou-se de pesquisa por meio de questionário digital com 119 professores da Educação Básica, em Agosto/2020. Além disso, utilizou-se o procedimento técnico de revisão bibliográfica e artigos científicos de autores referência no tema, procurando dar suporte à proposta deste estudo. Dessa forma, a pesquisa ratifica as citações dos autores no que tange a urgência da capacitação de professores para atuação mais eficaz em relação aos seus alunos autistas, seja em sala de aula ou no contexto escolar, a fim de que possam auxiliar esses indivíduos em suas dificuldades no contexto escolar.

Palavras-chave: Autismo, Capacitação, Escola, Professor.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), atualmente, tem sido muito estudado, tanto na área da educação quanto da saúde. A lei no 12.764/12, que institui a política nacional de proteção dos direitos das pessoas com TEA, considera as seguintes características para o transtorno: “ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (BRASIL, 2012, Art 1o, § 1o).

¹ Mestre em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ, diasfabrizia@gmail.com;

² Mestranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ, polianaccortes@hotmail.com

³ Mestranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ, lilianebarreto@gmail.com;

⁴ Mestranda em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense - RJ, moniki_denucci@hotmail.com;

⁵ Doutora em Cognição e Linguagem, professora da Universidade Federal Fluminense - RJ, dani.uenf@gmail.com.



A medicina define como complexo o diagnóstico do TEA, pois há diversas etiologias e níveis variáveis (CUNHA, 2017). De acordo com cada nível, a criança pode apresentar sinais de dificuldades mais leves, moderadas ou mais severas (DSM-V, 2014). Sendo assim, esses indivíduos demandam um apoio específico no meio escolar.

Nessa perspectiva, esta pesquisa ressalta aspectos importantes sobre a capacitação de professores sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), demonstrando a sua visão atual sobre a temática.

Dessa forma, o estudo acerca do assunto se justifica porque é crescente o número de crianças com TEA em sala de aula e os professores não sabem lidar com essa situação, tornando mais difícil o seu auxílio no desenvolvimento desse indivíduo e no seu desempenho escolar. Pode-se considerar que o professor, enquanto sujeito ativo em sala de aula, almeja que todos os seus alunos aprendam e o indivíduo com TEA apresenta formas diferenciadas de aprendizagem, requerendo do professor informações mais precisas de como lidar com esse aluno, de forma a viabilizar-lhes um desenvolvimento intelectual, interativo, colaborando positivamente para uma melhoria de seu desempenho acadêmico. Assim, as questões que norteiam este trabalho são: de que forma o professor da Educação Básica vê o TEA? Eles têm formação e conhecimento necessários sobre o transtorno para receber esses alunos em sala de aula?

O objetivo desta pesquisa é verificar a visão do professor em relação ao Transtorno do Espectro Autista e sobre a necessidade de sua capacitação em relação ao transtorno. A metodologia da pesquisa foi baseada em questionário digital da plataforma *googleforms.com*. Foi realizada ainda a revisão bibliográfica e leitura de artigos científicos de autores referência no tema, procurando dar suporte à proposta deste estudo.

Portanto, o presente trabalho pretende demonstrar os resultados de uma pesquisa feita com 119 professores da Educação Básica, em Agosto/2020, com intuito de verificar a sua visão em relação ao Transtorno do Espectro Autista de uma forma mais ampla e aprofundada, analisando ainda sobre a necessidade de capacitação do docente nessa área. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e utilizou-se um levantamento por meio de questionário online, que foi analisado à luz da literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO



As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 2/2001, no artigo 2º, determinam que “os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes”. Além disso, cabe às escolas possibilitar o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, oferecendo uma organização que permita uma educação de qualidade para todos. (MEC, 2001).

Desse modo, é cada vez maior o número de crianças nas classes escolares e fica evidente a necessidade de capacitação do profissional que lida com essas crianças em sala de aula, dada as necessidades inerentes à sua condição.

Kirk e Gallagher (1987, p. 33), realçam que “nem todas as crianças aprendem e se desenvolvem no mesmo ritmo, reagem emocionalmente do mesmo modo, e veem ou ouvem igualmente”. O indivíduos autistas precisam de um tempo diferenciado para concretizar as suas tarefas e processar os mais variados tipos de informações que compõem um processo de ensino-aprendizagem. Os autores ainda ressaltam que “as crianças ‘deficientes’ abandonavam a escola porque não conseguiam competir com as crianças ‘normais’ e as escolas não estavam organizadas para elas”. Nesse sentido, as dificuldades tornavam-se ainda maiores para os indivíduos chamados “neuroatípicos” e seus familiares, que não tinham respaldo legal para lutar pelos seus direitos.

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O TEA tem sido um dos transtornos mais frequentes e estudados tanto na área da saúde quanto da educação:

A Organização Mundial da Saúde, OMS, calcula que o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. É alta a incidência do autismo em todas as regiões do mundo, enquanto a falta de entendimento sobre o transtorno tem forte impacto nos indivíduos, suas famílias e comunidades. A agência da ONU diz que várias pesquisas científicas sugerem a existência de muitos fatores que podem deixar a criança mais propensa ao autismo, incluindo questões ambientais e genéticas (Edgard Júnior, ONU News-NY, 2017, p.1).

O termo “Autismo” foi utilizado pela primeira vez, em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler. O pesquisador usou a palavra “Autismo” referindo-se aos seus pacientes acometidos de Esquizofrenia, buscando explicitar os sinais de fuga da realidade e um comportamento intrínseco exacerbado. A etiologia da palavra “Autismo” vem do grego “autós”, que quer dizer “de si mesmo” (AJURIAGUERRA, 1977). O termo indicava perda de contato com a realidade, ou aqueles que viviam em seu próprio mundo. Posteriormente, Leo



Kanner, no ano de 1943, publica artigos revelando a questão do “autismo” presente em 11 crianças diagnosticadas com Esquizofrenia, usando a expressão “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo” (CUNHA, 2017). Hans Asperger, no ano subsequente, publica estudos com crianças, expondo sinais similares aos descritos por Kanner, demonstrando que as crianças com autismo apresentavam certa desenvoltura cognitiva, com habilidades para lógica e abstração, inteligência superior, demonstrando interesses excêntricos. Ambas as descrições foram comparadas, em 1981, quando Lorna Wing traduziu o artigo de Hans Asperger e o publicou em revista de língua inglesa, utilizando o termo “Autismo” (ASSUMPCÃO, 2015).

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), utilizado pelos profissionais da saúde para diagnóstico dos transtornos psiquiátricos, a terminologia para caracterizar o indivíduo autista é Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Segundo Cunha (2017), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento infantil que apresenta dificuldades na interação social, na comunicação não-verbal e verbal, prejudicada pelo atraso no desenvolvimento da linguagem, dificuldade em iniciar e manter uma conversa, ecolalia antecipada ou tardia, podendo apresentar também sensibilidades sensoriais incomuns.

A Lei número 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, ressalta o tripé para diagnóstico do transtorno: dificuldade na interação social, na comunicação e a incidência de padrões repetitivos e restritivos no comportamento, manifestados por movimentos motores e verbais estereotipados. Sendo assim, descrito na lei:

“ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades”
(BRASIL, 2012, Art 1o, § 1o).

O indivíduo com TEA apresenta grande resistência a quebra de rotinas, demonstrando interesses restritos e fixos, de forma exarcebada. A medicina define como complexo o diagnóstico de TEA, pois há diversas etiologias e níveis variáveis. O TEA é classificado, de acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10 (versão em português da sigla ICD, do inglês International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems), como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, que pode se apresentar em três níveis diferentes, denotando sinais de um quadro leve, moderado ou mais severo, neste último caso a linguagem e o aprendizado são extremamente prejudicados (DSM-V, 2014).



Desse modo, em âmbito escolar, esses indivíduos demandam um apoio específico, adequado às suas necessidades, alinhados a um conteúdo adaptado pelo professor ou profissional capacitado, para que obtenha ganhos em seu desenvolvimento acadêmico.

TEA na escola e a necessidade de capacitação de professores

Suscintamente, pode-se dizer que os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são o de assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino em busca de garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação (BRASIL, 2008).

Dessa forma, o professor precisa de um apoio maior e estrutural das instituições das quais fazem parte e procurar caminhos que possam respaldá-los a uma atuação com perspectivas de satisfação em relação aos resultados de seus alunos autistas.

No Decreto número 7084/10, artigo 28, foi estabelecido que o Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da educação especial e professores das escolas de educação básica públicas.

A Lei no 12.764/12, consolida um conjunto de direitos para o indivíduo com TEA, e em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula a pessoas com qualquer tipo de deficiência, estabelecendo punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

A Lei no 13.005/14, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, ancorada nas deliberações da Conferência Nacional de Educação – CONAE/ 2010, em seu inciso III, parágrafo 1º, do artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios



garantam o atendimento às necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades. Diante deste pressuposto, há o objetivo de universalizar o atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos, ao acesso à educação básica e à educação especializada. (BRASIL, 2014).

Nessa perspectiva, documentos legais não nos faltam, para se iniciar um processo de capacitação de professores sobre as necessidades acadêmicas de seus alunos com TEA.

A disseminação do modelo de Educação Inclusiva, traz novos desafios para a formação de professores. Não se trata mais de uma visão ou modelo de segregação, mas de formar professores para trabalhar com eficácia em turmas assumidamente heterogêneas. Para tanto, é necessário um olhar diferenciado a respeito dos saberes, das competências e das atitudes para se trabalhar com classes inclusivas (RODRIGUES, 2008).

Busca-se um professor que seja competente em uma diversidade de domínios que vão desde o conhecimento científico do que ensina à sua aplicação pedagógica ou psicopedagógica, ampliando-se no campo das metodologias de ensino, de animação de grupos, atenção à diversidade, entre outras. Existem também as expectativas sobre o papel do professor em promover educação no âmbito mais geral, tal quais, a educação para a cidadania, educação cívica, sexual, comunitária, entre outras. Por isso, alguns estudiosos têm denominado a missão do professor na escola atual como uma “missão impossível” (RODRIGUES, 2008).

Desse modo, na prática os professores apresentam limitações para conciliar à sua vontade de auxiliar esses indivíduos, com as suas obrigações geradas por grandes expectativas advindas não somente da escola, como também da sociedade, dificultando a prática de um ensino, às crianças com deficiências educacionais, de forma planejada, estruturada e eficaz, para atingir as metas propostas. Esse panorama, se agrava a cada dia, com a crescente chegada de alunos com TEA nas classes, em conjunto com a falta de capacitação desses profissionais no âmbito da educação inclusiva.

Sendo assim, o professor encontra dificuldades em realizar ou atender todas as expectativas geradas em torno do seu trabalho e capacitar-se para uma atuação mais precisa, diante das necessidades apresentadas por uma criança com TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

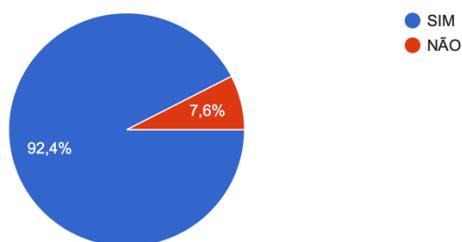


A pesquisa foi baseada em questionário digital da plataforma *googleforms.com* e as perguntas feitas aos 119 professores da Educação Básica, em Agosto/2020, tiveram cunho objetivo, visando verificar o seu nível de contato com esses indivíduos, bem como, o seu entendimento sobre o assunto e necessidade de capacitação na área.

Gráfico 1 – Demonstração sobre o contato do professor com o indivíduo autista

Você já teve contato com um indivíduo autista?

119 respostas



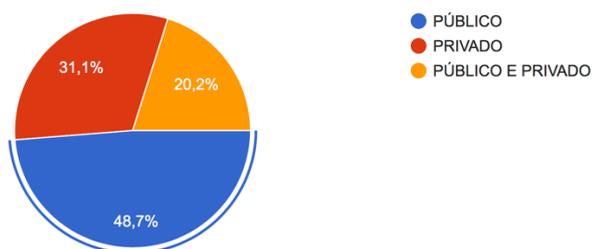
Fonte: google forms

O gráfico acima demonstra que, de maneira geral, a maioria dos professores abordados já tiveram contato com um indivíduo autista.

Gráfico 2 – Demonstração percentual do setor de atuação do professor

Em qual setor você trabalha?

119 respostas



Fonte: google forms

De acordo com o **gráfico 2**, verificou-se que mais de 50% dos professores que participaram, trabalham no setor público. Essa informação, justifica-se pois adiciona-se aos 48,7% que trabalham somente no setor público aos 20,2% que atuam em ambos os setores, dada a obrigatoriedade de somente uma resposta por questão.

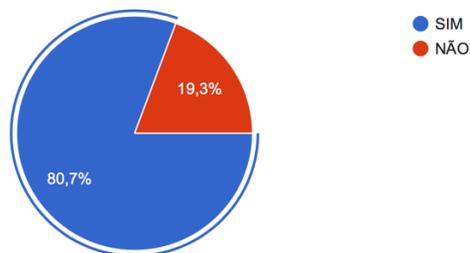
Gráfico 3 – Demonstração quantitativa do contato do professor com autistas em ambiente



escolar

Você já teve contato com algum autista em sua escola?

119 respostas



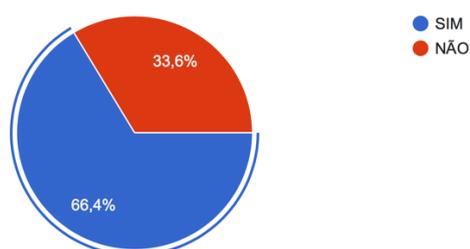
Fonte: google forms

Os dados acima, ratificam as informações citadas no corpo deste estudo sobre a crescente chegada dessas crianças às escolas.

Gráfico 4 - Demonstração quantitativa do contato do professor com autistas em sala de aula

Você já teve algum contato com autista em sala de aula?

119 respostas

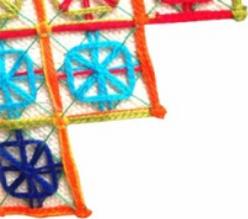


Fonte: google forms

O **gráfico 4** traz um percentual significativo, quando comparamos com os dados anteriores, demonstrando que dos mais de 80% que tiveram contato com indivíduos autistas em escolas, mais de 60% já receberam esses alunos em sala de aula, o que pelos gráficos seguintes, observa-se uma realidade preocupante, pois 99% dos professores abordados sentem necessidade de capacitação sobre o assunto (Gráfico 5).

Logo, pode-se inferir que uma quantidade significativa de professores, ou seja, em torno de 57% (Gráfico 6) dos que responderam a este questionário, nunca fizeram curso sobre o TEA, portanto, encontram-se despreparados para receber esses indivíduos em sala de aula.

Nesse sentido, Gatti (2010, p.1360), destaca que “não há consistência em uma profissionalização sem a constituição de uma base sólida de conhecimentos e formas de ação” e afirma que devemos sair da ideia do “professor quebragalho, do professor artesão, ou tutor,



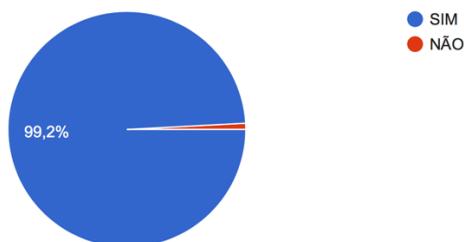
do professor meramente técnico”. O autor acredita que devemos focar em uma nova concepção de profissional da educação que tenha “condições de confrontar-se com problemas complexos e variados, estando capacitados para construir soluções em sua ação, mobilizando seus recursos cognitivos e afetivos”. Nessa perspectiva, o despreparo dos professores que recebem os indivíduos autistas em sala de aula, pode impactar diretamente no desenvolvimento e aprendizado desses sujeitos.

Cunha (2012, p.90), realça que “o bom preparo profissional possibilita ao educador a isenção necessária para avaliar a conduta do aluno no auxílio da recondução das intervenções, quando não alcançam os resultados esperados no ambiente escolar”.

Gráfico 5 – Opinião dos professores sobre a capacitação em relação ao TEA

Você acha que o professor precisa de mais capacitação sobre o assunto?

119 respostas



Fonte: google forms

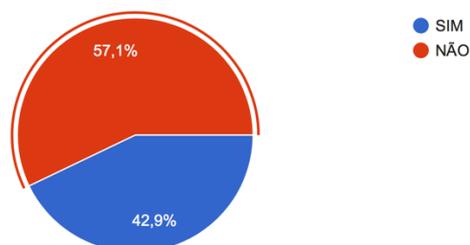
Este gráfico ratifica a nossa hipótese sobre a necessidade de capacitação sobre o assunto, facilitando a atuação do professor em sala de aula, frente às dificuldades apresentadas pelo aluno com TEA.

Nesse sentido, algumas pesquisas demonstraram que grande parte dos professores tiveram a sua formação pautada em um modelo tradicional, que apresentam práticas educativas niveladoras e excludentes. Um modelo que associa a deficiência à inaptidão e à incapacidade. (MIZUKAMI, 1986; GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003). Desse modo, o despreparo é inerente ao quadro de formação de professores traçado ou construído ao longo dos anos. Assim, as leis foram sendo adaptadas à nova realidade em sala de aula, em que os alunos com TEA estão cada vez mais presentes, mas os professores continuam fragilizados mediante à sua formação para lidar com esses indivíduos.

Gráfico 6 – Demonstração sobre a iniciativa de curso sobre o TEA

Você já fez algum curso sobre Autismo?

119 respostas



Fonte: google forms

Percebe-se, por meio do **gráfico 6**, que mais de 50% dos professores que participaram desta pesquisa nunca fizeram curso sobre o TEA. No entanto, segundo os dados do **gráfico 7**, mais de 80% dos profissionais abordados gostariam de trabalhar com indivíduos autistas, por razões diferentes.

Nesse sentido, Nóvoa (1995), ressalta a importância da aplicação dos conhecimentos adquiridos no cotidiano do professor:

Na área educacional, a Formação Continuada tem como objetivos, propor novas metodologias e realizar discussões teóricas atuais, com a intenção de contribuir para readequações da ação pedagógica na escola. Conhecer novas teorias faz parte do processo de construção profissional, mas não bastam, se estas não possibilitam ao professor relacioná-las com seu conhecimento prático construído no seu dia-a-dia (p. 27).

Dessa forma, os professores que buscam se preparar para novas situações em sala de aula, como estabelecer contato com um indivíduo autista, deveriam manter-se sempre informados, para que as teorias e conhecimentos estejam atualizados para quando a oportunidade aparecer, possibilitando ao professor modificar as suas práticas pedagógicas em relação ao sujeito em questão.

Portanto, a pesquisa demonstra claramente a necessidade de capacitação dos professores diante da crescente chegada de indivíduos com TEA em sala de aula, demonstrada no **gráfico 4**, em que 66,4% dos professores expressam ter tido alunos com TEA em sala de aula, e que esses profissionais ratificam a vontade de trabalhar para auxiliar esses sujeitos em suas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em uma sociedade competitiva e ao mesmo tempo desigual, a educação é uma das formas de disseminar o direito de igualdade, permitindo a todos condições de obter saberes e competências que ampliem as suas possibilidades de agir de forma autônoma e funcional, sendo inseridos no mercado de trabalho de maneira mais justa ou menos desigual. E isso, vale para professores e alunos. Nessa perspectiva, a educação inclusiva torna-se uma modalidade, um processo que busca propiciar o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades educativas especiais, abrangendo os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, fundamentada por referenciais teóricos alinhados às necessidades específicas dos alunos.

Assim, esta pesquisa buscou verificar a visão do professor em relação ao Transtorno do Espectro Autista e a necessidade de capacitação desses profissionais frente a temática, visto que, segundo a literatura, os professores parecem não saber como agir quando se deparam com um aluno autista. Nesse sentido, perguntas foram formuladas, por meio de questionário digital, no sentido de compreender o nível de conhecimento dos professores em relação ao TEA e o seu olhar sobre a carência de informações em relação ao assunto.

Dessa forma, pode-se inferir que, de acordo com a pesquisa feita, 99% dos professores abordados, da rede pública e privada, expressam disposição e necessidade de treinamento sobre o TEA, já que têm ou tiveram contato com alunos autistas, seja dentro ou fora de sala de aula, sem saber exatamente como lidar com a situação a que foram expostos, devido a falta de capacitação adequada para auxiliar esses alunos em suas dificuldades e em seu processo de aprendizagem.

Portanto, diante dos gráficos apresentados nessa pesquisa, concluímos que mais de 50% dos professores abordados, de uma forma geral, não possuem bases sólidas de conhecimentos sobre o TEA, o que impacta diretamente no aluno em sala de aula. Enfim, os resultados demonstraram que a visão do professor sobre o TEA ainda é limitada e que os próprios professores sentem a necessidade de capacitação sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. Barcelona: Toray-Masson, 1983.

ASSUMPÇÃO F.B.J. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2015.



BRASIL, Lei no 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.** Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <https://bit.ly/2AytGhm>. Acesso em 17 de set. 2018.

BRASIL. **2a Conferência Nacional de Educação**, CONAE, 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/DocumentoFinal29012015.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de- apoio/publicacoes/educacao/marcos-politico-legais.pdf>

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DSM-V. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** M.I.C. Nascimento et al., Trad); 5ª ed.; Porto Alegre: ArtMed, 2014.

EDGARD J. OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo. **ONU News.** Disponível em: <https://bit.ly/2yJFrjr>. Acesso em: 17 set. 2018.

GARCIA, R. M. C.. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18 n. 52 jan.-mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf>

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 113, p. 1355-1379, out./dez., 2010.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; OLIVEIRA, E. S. G.; SENNA, L. A. G. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**, 2003. Disponível em: <www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva>. Acesso em 20/05/2020.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da Criança Excepcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

RODRIGUES, D. Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. In: **Inclusão: Revista de educação Especial.** Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.